



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

AGRAVO REGIMENTAL no AGRAVO DE INSTRUMENTO de nº 293242-1

AGRAVANTE: MARIA EDDE CARDOSO DO REGO e outros

AGRAVADO : BANCO DO BRASIL S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL –
AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM FACE
DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PELA QUAL
RESTOU DEFERIDO PLEITO DE ATRIBUIÇÃO DE
EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE
INSTRUMENTO, NO SENTIDO DE QUE FOSSE
SUSPENSO O LEVANTAMENTO DO VALOR
CONTROVERSO, NOS TERMOS DO INCISO III DO
ARTIGO 527 DO CPC COMBINADO COM O
ARTIGO 475-M DO MESMO CÓDIGO, DEVENDO-
SE, ADEMAIS, PROCEDER A NOVA PERÍCIA
CONTÁBIL JUDICIAL A FIM DE QUE SE
VERIFICASSE SE ESTARIA OU NÃO
EFETIVAMENTE OCORRENDO O CÔMPUTO DE
VALORES EM DUPLICIDADE; O AGRAVO DE
INSTRUMENTO, POR SEU TURNO, HAVIA SIDO
INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO
INTERLOCUTÓRIA PELA QUAL, NOS AUTOS DE
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, HAVIAM SIDO
PARCIALMENTE ACOLHIDOS EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO BANCO,
ACATANDO APENAS ALGUNS DOS

511
C

ARGUMENTOS ALI DELINEADOS PELA
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

- A RECORRENTE NÃO TRAZ QUALQUER
ARGUMENTO CAPAZ DE INFIRMAR A DECISÃO
ATACADA A PONTO DE AUTORIZAR SUA
REFORMA, RAZÃO PELA QUAL O PRESENTE
REGIMENTAL NÃO MERECE ACOLHIMENTO.
AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO
UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do agravo
regimental no agravo de instrumento de nº 293242-1, em que são partes
as acima indicadas, ACORDAM os desembargadores componentes da
Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos,
em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator
(julgamento realizado em 26.03.13 -).

Recife, 26 de março de 2013.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

AGRAVO REGIMENTAL no AGRAVO DE INSTRUMENTO de nº 293242-1

AGRAVANTE: MARIA EDDE CARDOSO DO REGO e outros

AGRAVADO : BANCO DO BRASIL S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo regimental interposto em face de decisão interlocutória, proferida nos autos do agravo de instrumento de nº 293242-1 (fls. 468/471), pela qual restou deferido pleito de atribuição de efeito suspensivo àquele recurso, no sentido de que fosse suspenso o levantamento do valor controverso, nos termos do inciso III do artigo 527 do CPC combinado com o artigo 475-M do mesmo código, devendo-se, ademais, proceder a nova perícia contábil judicial a fim de que se verificasse se estaria ou não efetivamente ocorrendo o cômputo de valores em duplicidade; o agravo de instrumento, por seu turno, havia sido interposto em face de decisão interlocutória, da lavra do MM. Juiz de Direito da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, pela qual, nos autos de cumprimento de sentença (já transitada em julgado) (processo de nº 0033305-80.2007.8.17.0001), cuidara o eminente julgador de 1ª instância de acolher parcialmente embargos de declaração opostos pelo banco, acatando apenas alguns dos argumentos ali delineados pela instituição financeira.

Agora, nas razões do presente regimental (fls. 02/20), assevera a recorrente que, diversamente do exposto na decisão atacada, não teria ocorrido qualquer erro material na confecção dos cálculos do

513
e/

quantum exequendo, bem como que se encontraria precluso o direito da instituição financeira de impugnar os cálculos efetuados, apontando que o réu/recorrido teria deliberadamente elaborado seus cálculos de modo equivocado; pugna, portanto, pelo acolhimento do presente regimental, no sentido de que seja reformada a decisão atacada, passando-se a denegar o pleito de atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento.

É o relatório.

À votação.

Recife, 26 de Maio de 2013.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

AGRAVO REGIMENTAL no AGRAVO DE INSTRUMENTO de nº 293242-1

AGRAVANTE: MARIA EDDE CARDOSO DO REGO e outros

AGRAVADO : BANCO DO BRASIL S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO:

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a):

A controvérsia trazida no presente regimental concerne a saber se merece ou não deferimento o pleito de atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento de nº 293242-1.

Inicialmente, deve ser salientado que não se faz viável cogitar, no caso ora em análise, de preclusão, tendo-se em vista que, ao que consta dos autos, existe, ao menos em tese, a possibilidade de que estejam sendo cobrados do banco recorrido valores em duplicidade (o que representaria, sem sombra de dúvida, erro material), fazendo-se, portanto, imperioso que, consoante restou determinado na decisão ora atacada, seja suspenso o levantamento do valor controverso (inciso III do artigo 527 do CPC c/c o artigo 475-M do mesmo código), devendo-se, ademais, proceder a nova perícia contábil judicial a fim de que se verifique se está ou não efetivamente ocorrendo tal cômputo duplicado de valores – providências essas que podem e devem ser tomadas até mesmo de ofício pelo julgador, razão pela qual não se faz razoável, quanto a esse tópico, falar-se em preclusão.

prt

515
e

Quanto à assertiva da ora recorrente de que o banco teria elaborado seus cálculos de forma equivocada, trata-se, indubitavelmente, da mesma forma, de algo que somente poderá ser adequadamente apurado por meio da realização de nova perícia contábil, o que apenas vem demonstrar ainda mais o acerto da decisão ora atacada.

Em suma, a recorrente não apresenta qualquer argumento capaz de infirmar o ato decisório atacado a ponto de autorizar sua reforma.

Assim, devido a todo o exposto, voto pelo improvimento do presente agravo regimental, mantendo-se, em todos os seus termos e efeitos, a decisão interlocutória atacada.

É como voto.

Recife, 26 de Maio de 2013.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator